

Celso Maria de Mello Pupo.

"A partir do século XIX abre-se para os museus a sua fase áurea, a qual, nos dias presentes, encontra-se em pleno desabrochar nos centros mais cultos"; e "coube ao governo revolucionário francês a glória da criação do paradigma dos museus europeus - o Museu do Louvre solenemente inaugurado no dia 10 de agosto de 1793", como diz um dos atuais e mais cultos museólogos do nosso Estado, lembrando ainda que, "o Louvre se destaca como célula inicial do movimento museológico mundial", instituído pela Revolução Francesa.

Recente e revolucionário é, pois, o museu, hoje objeto de ciência que se espalha e se robustece, já se encaminhando para as universidades que vão acolhendo a museologia como cogitação intelectual de mérito.

Neste campo, estamos, ainda, em atraso; Campinas que tem história e que tem tido fases de riqueza como a do açúcar, a do café e, agora, a da indústria, não soube reter suas preciosidades, reuni-las em ambiente digno e em paralelo com o nosso adiantamento cultural e universitário, tendo-se a louvar, apenas, esforços particulares que realizaram museus como o de Carlos Gomes do Centro de Ciências, e o Arquidiocesano que se abriu há quatro anos.

É em oito de março o quarto aniversário da fundação do Arcebispo de Campinas, o Museu Arquidiocesano. Geralmente, todos os museus tem idêntica finalidade, diferindo apenas na especialização, em conformidade com o que estatua o regulamento de um dos nossos mais interessantes museus, o do Itamarati; eles visam "recolher, classificar, catalogar e expor ao público objetos e documentos de importância histórica e valor artístico ligados à história", "concorrer, por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história", "o culto de suas tradições e de seus grandes vultos".

Não deixou o Museu Arquidiocesano de procurar cumprir a sua finalidade, dentro, já se vê, das poucas possibilidades que tem os museus do país, quer particulares, quer oficiais, uma vez que nossa civilização não chegou ainda, a compreender e a estimar estes órgãos de cultura e de divulgação, e os nossos milionários e entidades econômicas não se lembraram de doar aos museus, de financiar suas pesquisas e divulgações.

Fez o Museu Arquidiocesano o registro de suas peças, que contém o acervo do museu, e no qual se tem feito o histórico das peças e as apreciações artísticas como fundamento para melhores realizações. Das pesquisas, entretanto, surgem curiosidades que delicia o pesquisador e que oferecem o seu valor próprio, sempre de aplicação no campo da história e da arte.

Uma visão pelos nossos autógrafos, nos põe sob a vista um decreto imperial de 1868, com um esboço histórico de grande significado para o encaminhamento de uma pesquisa; diz êle que Sua Magestade como Grão Mestre da Ordem de Cristo, faz saber "aos que esta Minha Carta virem que, Atendendo aos relevantes serviços que, em relação a guerra com o Paraguai, prestou na Província de São Paulo o Barão de Atibaia: Hei por bem Nomea-lo ca-

valeiro da dita Ordem".

Que vasto caminho ~~se~~ ~~abre~~ abre ao pesquisador, documentos como este; quantas questões de ordem histórica ~~se~~ poderão ser desenvolvidas da semente de pequeno aspecto mas de grande vitalidade. De outras mais surgem, também, eruditas cogitações, como o diploma pelo qual Sua Magestade ha "por bem Nomear Francisco de Campos Andrade para o posto de Major Comandante da 12a. Seção do Batalhão da reserva da Guarda Nacional das Comarcas de Campinas e Jundiá"; pequeno seria o museu, seu pessoal e instalações, para desenvolver uma busca completa de tudo quanto sugerem, apenas, estes dois documentos.

As pesquisas oferecem visões inesperadas; fatos curiosos que não são procurados, surgem em nossos caminhos; cidades outras que não a nossa, oferecem seus hábitos, costumes e moradores que não se contemplam, de modo algum, sem interesse e curiosidade: Itu é velha cidade cheia de história, tradição e riqueza, anteriores à fundação de Campinas; de Itu vieram-nos famílias de visão e iniciativa, trazendo uma prática da cultura de cana e fabricação do açúcar, como foram os Ferrazes de Campos, os Camargos, os Amaraes, e outros, dinâmicos para acelerar o poderio campineiro na seara econômica. Em Itu está o berço de muita origem de Campinas e a fonte de muito sangue que povoou nossa terra, desde quando se abriu o primeiro caminho entre as duas cidades.

Dos que se mudaram para Campinas, o Major Teodoro Ferraz Leite foi o senhor do engenho da Lagoa, onde se deu o combate da Venda Grande; este ituano veio casado e com filhos, tendo outros nascidos em Campinas; ficando viuvo, aqui se casou em família da nossa cidade. Filhos do seu primeiro casamento, deixaram Campinas, mas os três que vingaram, um filho e duas filhas, dos nove do seu segundo casamento, aqui deixaram grande descendência como o alferes porta bandeira do 7º de Voluntários da Pátria, falecido em combate de junho de 1866; o grande juriconsulto Paulo Maria de Lacerda; o estimadíssimo fazendeiro Fernão Pompeo de Camargo; o poderoso José Paulino Nogueira que tem, entre suas bisnetas, a esposa do príncipe Dom Eudes de Orleans e Bragança; e mais numerosos campineiros que aqui vivem a vida honrada de seus ancestrais.

O Major Teodoro era neto paterno do capitão mor Manuel de São Paio Pacheco; este capitão mor ~~era~~ ~~natural~~ natural da ilha de São Miguel, filho de Manuel Pacheco Botelho e de Maria de Arruda casados em 6 de janeiro de 1680, passou ao Brasil em fins do seiscentismo, com os seus parentes os três irmãos coronel João de Mello do Rego, Matias de Mello do Rego, fundador, em 1723, da igreja de Santa Rita de Itu, e Capitão Pedro de Mello e Sousa, todos solteiros, de esclarecida ascendência, que se estabeleceram em Itu onde formaram família, hoje de vastíssima descendência, casando-se com parentes que tinham, oriundas de outros micaselenses vindos antes, como foram os três irmãos Botelhos imigrados para o Brasil em 1650.

Dos quatro, o primeiro a casar-se foi o coronel João, em Itu aos 20 de maio de 1704; o segundo foi o Matias, em trinta de abril de 1710; o terceiro, o capitão mor, em trinta de maio de 1710, com sua parente Bárbara de Sousa Menezes ou Bárbara de Campos como também se chamava; e o quarto

o capitão Pedro aos 20 de maio de 1720, todos em Itu e numa notável preferência pelo mês de Maria.

Documentos de maior interesse, se referem ao casamento do capitão mor Manuel, instituindo sacrifícios que haviam de saldar o risco de casamento consanguíneo. As leis canônicas constituem dificuldades a tais casamentos, cujos resultados da consanguinidade são imprevisíveis, podendo ser em favor dos filhos como em seu detrimento, com apuração de taras e defeitos que se repetem.

As especiais e obrigatórias licenças, sem as quais nulo é o casamento, trazem a virtude de alertar os noivos para os perigos da consanguinidade e incutir-lhes o senso de responsabilidade que passa inteira a eles. Afrontando os riscos pela convicção de sua inexistência, a jovem Bárbara de Campos, também conhecida na história como Bárbara de Sousa Menezes, requereu licença para se casar com o capitão mor Manuel de São Paulo Pacheco, declarando ser "muito aparentada na vila de Itu e de outras vizinhas e a maior parte delas são seus parentes, e ser filha única e herdeira de todos os bens de seus pais que são de mediana riqueza na dita vila; e tem vontade e gosto de se casar com o impetrante seu parente, este escolhido por ser bem nascido e seu bom procedimento e ter do seu cabedal quinhentos mil reis".

Bom nãoço para noivo, "bem nascido", o que quer dizer de família nobre, noiva rica e também de gente de sangue limpo, só uma consanguinidade criava embaraço. E para se avaliar o rigor na apuração dos parentescos, basta ponderar que o noivo era bisneto de uma irmã, por pai, da avó da noiva, o que já constituía impedimento, pelo que requeriam licença para o matrimônio; foram feitas as necessárias inquirições pelas autoridades da Igreja, e, aos 9 de agosto de 1709, eram os autos remetidos pelo Padre André Baruel, ao prelado, Dom Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro.

À sua Excia. competia conceder ou recusar a licença; mas a concessão exigia sacrifícios dos nubentes, pelo que o prelado despachou: "Mandamos que os contraentes jejuem segunda, quarta e sexta feira de duas semanas, a pão e água, e reze cada um, quinze rosários pelas almas do purgatório e por elas mandará o orador dizer cinco missas e dará de esmolas quarenta mil reis". Iam-se, assim, oito por cento do "cabedal" do noivo, além das missas pelas almas, e dos jejuns e orações dos dois; mas eles cumpriram as penitências, o que provado, casaram-se na matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu, aos 30 de maio de 1710, mostrando que os unia desejo sincero de casar, casamento consanguíneo do qual não podiam fugir as velhas famílias da capitania de São Paulo, afim de não se afastarem do grupo selecionado que representava a elite na época do Brasil Reino.